

Bulhões/OS FRUTOS DA EXPERIÊNCIA DE LANGONI

JORNAL DO BRASIL

03 FEV 1985
Economia
Brasil

"Evitar no futuro os grosseiros erros que estamos cometendo no presente" — é o que sugere o Professor e ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões neste artigo, onde analisa criticamente o livro A Crise do Desenvolvimento, de Carlos Geraldo Langoni. Bulhões acha que é preciso reconhecer uma "inflação em espiral" e afirma que ela é realimentada pela correção monetária.

QUEM quiser acompanhar as prolongadas conversações com nossos credores, sumariadas pelo Ministro Galvães, em recente publicação, encontrará maiores minúcias e o prolongamento das mesmas com o Fundo Monetário Internacional no livro de Carlos Langoni, *A Crise do Desenvolvimento*. O título indica ter o autor procurado averiguar as raízes originárias dos agudos problemas financeiros que estamos presenciando. Além, pois, da conduta de nossos credores e do Fundo Monetário Internacional, há o exame de nosso comportamento.

No que diz respeito ao nosso comportamento, Langoni pondera que, de 1967 a 1973, o endividamento externo era um processo genuíno de poupança externa, utilizada na realização de investimentos e na acumulação de reservas internacionais. Depois de 1974, o crédito exterior foi destinado a financiar o desequilíbrio de pagamentos. Creio que Langoni poderia caracterizar melhor a segunda fase, em contraste com a primeira, aventando a hipótese de que nesta os recursos externos eram mais ligados à importação de equipamentos ao passo que naquela, na segunda fase, além do financiamento dos bens importados, havia a preocupação de usar os empréstimos externos no custeio de despesas locais que deveriam ser financiadas com a poupança interna. Essa a causa do excesso de endividamento no exterior e a

origem do aumento da pressão inflacionária. Forçava-se um clima de desenvolvimento baseado no falso apoio do exagero do endividamento externo e no aumento da pressão inflacionária interna. A colocação de Letras do Tesouro no mercado, no propósito de absorver cruzeiros, era anulada pelo uso desses recursos na expansão do crédito bancário e no dispêndio extra-orçamentário. Depois de compreender o risco desse comportamento, decidiu o Governo seguir orientação mais precavida. Em 1977 e 1978, houve nítida restrição na expansão creditícia, acarretando um declínio na taxa de inflação, como se depreende da tabela 1.4 no livro de Langoni. Entretanto, em 1979, o Governo muda de rumo e leva a efeito substancial expansão creditícia e intensifica o dispêndio extra-orçamentário. Daí em diante, a aceleração inflacionária toma grande impulso, coadjuvada e, mais tarde, liderada pela realimentação da correção monetária.

As empresas, de um modo geral altamente endividadas, passaram a ter nos encargos financeiros destacada parcela da soma das despesas. Em busca de receita, enveredam pelos sucessivos aumentos de preço dos produtos ou serviços que, por seu turno, influem no aumento da correção monetária e, consequentemente, no acréscimo das despesas financeiras, causa de novos aumentos de preço. Um círculo vicioso de espiral inflacionária e não um procedimento de compensação de renda, como pode ocorrer quando a inflação é sistematicamente declinante e a expectativa de declínio participa da correção.

O mesmo fenômeno é verificável na esfera pública, onde as despesas de empréstimos do Tesouro, Autarquias e Empresas Estatais, superam as despesas correntes. Os aumentos de receita e cortes no dispêndio não conseguem vencer o déficit. A correção monetária,

projetando a inflação passada para o futuro amplia o endividamento. O acréscimo de receita é fonte de novos acréscimos de despesa e o corte do investimento conduz mais à recessão que à conquista da eliminação do déficit.

Essa ordem de considerações é feita no propósito de evidenciar a impossibilidade de nossas Autoridades e dos representantes do Fundo Monetário atingirem as metas de redução da inflação. As falhas de acerto ao alvo colimado advêm do insistente desconhecimento do obstáculo da espiral inflacionária, particularmente através do endividamento, externo e interno, na esfera particular e na esfera pública. Contudo, a preliminar levantada de modo algum desmerece o relato de Langoni sobre a atuação do Fundo Monetário.

OBSERVA Langoni que o Fundo Monetário desempenhou papel saliente na obtenção de operações financeiras de curto prazo com os bancos privados, o Banco de Compensações Internacionais e o Departamento do Tesouro Americano. Posteriormente, exerceu sua influência nos acordos do reescalonamento. "O Fundo tornou-se algo como um regente de numerosa e nem sempre afinada orquestra."

A atitude de interferência do Fundo constituiu uma inovação. Entretanto, no relacionamento com os países devedores, o Fundo manteve sua tradicional política de reajustamento a prazo curto. Deixou de reconhecer nos desequilíbrios externos algo de mais profundo que os transitórios desajustamentos do passado. Além dessa crítica, Langoni revolta-se contra critério de cumprimento de metas trimestrais. "A utilização de um período muito curto para medir a evolução do déficit público leva à antecipação de receitas ou à contenção artificial das despesas." A esse respeito, Langoni menciona uma

sequência de equívocos cometidos pela rigidez dos compromissos assumidos.

Após recomendar maior flexibilidade por parte do Fundo Monetário, Langoni volta a analisar nosso comportamento. Sugere a independência de atuação do Banco Central e acentua a necessidade do Tesouro Nacional dispor de um orçamento abrangente, onde devem figurar todas as despesas e receitas, com a responsabilidade de ambos os Poderes: O Legislativo e o Executivo. Somente após essa reforma é que se pode ter êxito no combate à inflação e, portanto, na supressão da indexação.

O encadeamento das providências sugeridas é de uma lógica cristalina e deve ser adotada como tentativa de evitar-se no futuro os grosseiros erros que estamos praticando no presente. As finalidades dessas providências podem, contudo, ser alcançadas imediatamente se o Governo estiver decidido a eliminar a inflação. O núcleo da decisão reside no reconhecimento da inflação em espiral, impulsionada pela realimentação da correção monetária do passado sobre a correção monetária do futuro. A eliminação do déficit público é seriamente prejudicada pela prevalência da correção monetária, fato não previsto na sequência lógica da receita de Langoni.

As instituições sugeridas por Langoni e pelos próprios Ministros da área econômica favorecem a disciplina, precisam os deveres e imprimem tradição. Mas é do valor dos homens que depende a adequada orientação da política econômica e o êxito de seu desempenho. Se não existe a compreensão dos males inflacionários, e se falta a corajosa pertinácia de eliminá-los, as instituições pleiteadas serão inúteis.

OCTÁVIO GOUVÉA DE BULHÕES
Ministro da Fazenda do Governo Castelo Branco